



CARACTERÍSTICAS DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS ÚTEIS

Diego Bispo da Silva¹
Antonielle Pagnussat²

RESUMO

As características qualitativas da informação contábil elencadas pelo CPC 00 têm o objetivo de garantir relevância e fidedignidade aos relatos das próprias Demonstrações Contábeis. A informação contábil útil é uma ferramenta bastante importante para apoiar o processo de tomada de decisão dentro das empresas. Este trabalho tem como objetivo demonstrar a importância das características qualitativas das informações contábeis, extraídas a partir das Demonstrações Contábeis e a relação destas características com a melhoria do processo de tomada de decisão. Metodologicamente esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, ganhando contornos de pesquisa descritiva e exploratória que utilizou dados qualitativos extraídos de artigos científicos, Pronunciamentos Técnicos e livros. Os resultados do estudo apontam que ao utilizar informações que trazem consigo os atributos descritos na Estrutura Conceitual Básica (CPC 00) a contabilidade produz Demonstrações Contábeis úteis, que são capazes de influenciar o desempenho da gestão da empresa. A falta de observação das características qualitativas atribuídas às informações contábeis torna-as pouco confiáveis e consequentemente estas acabam por se tornar irrelevantes para o processo de tomada de decisão.

Palavras-chave: Contabilidade. Características Qualitativas Das Informações Contábeis. Processo Decisório.

ABSTRACT

The qualitative characteristics of the accounting information set forth in CPC 00 are intended to ensure relevance and reliability to the reports of the Financial Statements. Useful accounting information is a very important tool to support the decision-making process within companies. This paper aims to demonstrate the importance of the qualitative characteristics of the accounting information extracted from the Financial Statements and the relation of these characteristics with the improvement of the decision making process. Methodologically this research is characterized as bibliographical, gaining contours of descriptive and exploratory research that used qualitative data extracted from scientific articles, Technical Pronouncements and books. The results of the study point out that using information that

¹ Acadêmico do V Termo do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis pela Faculdade do Vale do Juruena – AJES. Juina-MT Fone: 66 3566 -1875. Email: diegobispomt@gmail.com

² Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Especialista em Auditoria e Finanças pela Faculdade do Vale do Juruena – AJES, Mestranda em Contabilidade Gerencial pela FUCAPE Business School. Professora do curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Vale do Juruena – AJES. Email antonielle.pagnussat@gmail.com



brings with it the attributes described in the Basic Conceptual Framework (CPC 00) accounting produces useful Financial Statements that are able to influence the performance of the company's management. The lack of observation of the qualitative characteristics attributed to the accounting information renders them unreliable and consequently they become irrelevant to the decision-making process.

Keywords: Accounting. Qualitative Characteristics of Accounting Information. Decisional process.

INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ferramenta que tem sido usada desde a antiguidade, com o objetivo de controlar o patrimônio. Segundo CrepalDI (2013, p.1) “Uma das ciências mais antigas que se conhece é a ciência contábil, e segundo, Aristóteles, há mais de 2.000 anos, já refletia acerca de uma ciência que controlaria a riqueza”. Com decorrer dos anos a ciência contábil foi evoluindo conforme foram surgindo necessidades e acabou tornando-se uma ferramenta indispensável para o homem no auxílio de registro e coleta de dados para se ter o controle do patrimônio (CREPALDI, 2013).

Graças ao aperfeiçoamento dos métodos da contabilidade, pode-se obter uma visão geral do desenvolvimento patrimonial da entidade, devido à universalização de tais métodos as empresas tiveram que procurar diferenciar o uso das informações contábeis para tomar decisões com um determinado nível de confiança, com isso as informações passaram a ser imprescindíveis (CREPALDI, 2013).

A contabilidade tem como principal objetivo dar suporte aos seus usuários através da produção de informações úteis que servem para melhorar o processo de tomada de decisão. Considerando a importância das informações geradas pela contabilidade, a literatura e a própria norma descrevem as características que tais informações precisam ter para que sejam úteis no processo de tomada de decisão. Através das informações dispostas nas Demonstrações Contábeis o usuário tem uma visão ampla daquilo que ele precisa executar devido ao potencial de informações que são fornecidas com qualidade (SILVA; TAKAMATSU; AVELINO; 2017).

As informações são essenciais para que as empresas possam tomar algum tipo de decisão com confiança, com o objetivo de atingir os seus propósitos. Um nível apurado de gerenciamento de estas informações pode contribuir para que a empresa alcance melhores resultados e inclusive consiga manter-se no mercado, evitando prejuízos de tempo e dinheiro (BILERT, *et al.*, 2014). A gestão é responsável pelo planejamento das ações assim “Toda decisão tomada deve passar antes por um planejamento, portanto, é necessário que as informações sejam analisadas e filtradas para então agregar valor na tomada de decisão (BILERT, *et al.*, 2014, p. 121)”. Este trabalho tem como objetivo demonstrar a importância das características qualitativas das informações contábeis, extraídas a partir das Demonstrações Contábeis e a relação destas características com a melhoria do processo de tomada de decisão.

Este trabalho, de um modo geral irá contribuir para a comunidade acadêmica e demais leitores quando traça um link entre a estrutura das demonstrações contábeis e a importâncias das informações delas decorrentes, ampliando a visão numérica que existe a respeito da contabilidade, trazendo-a para a realidade gerencial que tem se mostrado um dos grandes



pontos fortes de entidades que conseguem manter-se ativas no mercado a longo prazo. Além desta primeira seção, o estudo conta ainda com o referencial teórico que embasa a pesquisa, em seguida a seção 3 trata dos aspectos metodológicos, na quarta seção constam as considerações finais, e por fim são elencadas as referências bibliográficas que foram utilizadas para a elaboração do estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A CONTABILIDADE

Não existe uma data correta para se atribuir o surgimento da contabilidade, contudo, os relatos de muitos autores afirmam que este surgimento se deu em torno de 4.000 a.C. (PADOVEZE, BENEDITOM, ROMANINI (2004)). Nota-se que a necessidade do homem em controlar seus bens está fortemente atrelada com o surgimento desta ciência, sendo assim “A contabilidade surgiu pela necessidade de o homem ter informações econômicas e financeiras a respeito dos seus negócios (FREY, 2003)”.

Com essa necessidade presente na humanidade, a contabilidade acabou se tornando algo indispensável e muito valorizado pelo mundo. No ano de 2005 países que fazem parte União Europeia e demais continentes, resolveram adotar um conjunto de normas da contabilidade internacional (CONSONI, COLAUTO,2016, p.2). O objetivo destas normas é criar princípios contábeis comuns, compreensíveis e exigíveis globalmente com o objetivo de melhorar as informações contábeis transmitidas pelas empresas de mercados de capitais (CONSONI, COLAUTO,2016, p.2).

Assim como diversos países o Brasil também teve o seu marco histórico da evolução contábil, e esse marco evolucionário começou a partir da criação do Conselho Federal de Contabilidade, que surgiu através decreto-Lei nº 9.295 de 27 de maio de 1946 (BRASIL, Lei nº 9.295,1946, art.1). No artigo 10º do Decreto-Lei nº 9.295 determina as atribuições dos Conselhos Regionais:

- a) expedir e registrar a carteira profissional prevista no artigo 17 (Alínea a com redação dada pela Lei nº 9.710, de 3 de setembro de 1946);
- b) examinar reclamações e representações escritas acerca dos serviços de registro e das infrações dos dispositivos legais vigentes, relativos ao exercício da profissão de contabilista, decidindo a respeito;
- c) fiscalizar o exercício das profissões de contador e guarda-livros, impedindo e punindo as infrações, e bem assim, enviando às autoridades competentes minuciosos e documentados relatórios sobre fatos que apurarem, e cuja solução ou repressão não seja de sua alçada;
- d) publicar relatório anual de seus trabalhos e a relação dos profissionais registrados;
- e) elaborar a proposta de seu regimento interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal de Contabilidade;
- f) representar ao Conselho Federal de Contabilidade acerca de novas medidas necessárias, para regularidade do serviço e para fiscalização do exercício das profissões previstas na alínea b, deste artigo; e
- g) admitir a colaboração das entidades de classe nos casos relativos à matéria das alíneas anteriores. (artigo 10º do Decreto-Lei nº 9.295 de 1946)

Com decorrer dos anos esta lei começou a sofrer alterações através das implementações dos Decretos-Leis nº 9.710, de 3 de setembro de 1946, e nº 1.040, de 21 de



outubro de 1969 (BUGARIM *et al*, 2013, p.11). Sendo assim passou-se a acontecer o processo de modernização da contabilidade em relação a profissão contábil devido a necessidade que o mercado Brasileiro apresentava (BUGARIM *et al*, 2013, p.11).

Com as diversas mudanças que aconteceu no processo da modernização da contabilidade no Brasil, chegamos a processo de mudança mais importante que foi a adoção do processo de convergências contábeis.

A adoção do Governo a convergências das normas contábeis brasileiras foi com objetivo de harmonizar as práticas das normas contábeis. De acordo com Camila (2016, p.9) “A convergência das normas de contabilidade do Brasil às normas internacionais possibilitou a interligação dos mercados nacionais aos mercados internacionais”. Por meio desta implantação da convergência das normas de contabilidade que foi através da Lei 11.638/07, possibilitou uma padronização das normas (GUIMARÃES,2016, p.14).

Antes da Lei 11.638/07 existia a Lei 6.404 de 1976 que foi uma lei responsável pela implementação e a regulamentação do Comitê de Pronunciamento Contábeis, que tinha como objetivo de centralizar e emitir as normas (GUIMARÃES,2016, p.14). Com a aproximação do mercado brasileiro ao mercado internacional, as normas da contabilidade foram sendo viabilizadas (GUIMARÃES,2016, p.14).

Estas mudanças na área da contabilidade assim como os demais, só que o processo de convergências aconteceu em várias fases distintas (CONSONI, COLAUTO,2016, p.2). Uma destas fases aconteceu em 2008 depois da criação do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) (CONSONI, COLAUTO,2016, p.2). O objetivo do processo de convergência das normas internacionais contábil é fomentar a qualidade da informação contábil (CONSONI, COLAUTO, 2016, p.2). Com essa adoção da convergência das normas contábil, surgiram diversos benefícios econômicos como atração de um grande volume de investimentos a devido a maior compreensibilidade das informações contábeis (ANTUNES, ANTUNES, PENTEADO,2007, p.3).

Através da Criação do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) pode se ter uma estrutura conceitual melhor nas informações contábeis. De acordo com o CPC 00 “Esta Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a preparação e a apresentação de demonstrações contábeis destinadas a usuários externos”. Estas estruturas conceituais são construídas de acordo com os atributos que tornam as informações contábeis uteis para os usuários como ferramenta (SILVA, SARMENTO, DUARTE,2015, p.13). Esta diversidade de informações, produzidas pela contabilidade fornece, faz dela um instrumento fundamental para que as empresas venham a desempenhar suas atividades econômicas com eficiência e eficácia (FREY, 2003).

2.1.1 Objetivos das Demonstrações Contábeis

Para que uma empresa cresça de maneira econômica sustentável e atinja o seu potencial, é necessária uma boa saúde financeira. A forma mais comum de avaliar a situação financeira de uma empresa é através da análise das informações contidas nestas demonstrações, dessa forma, “...o que as demonstrações contábeis informam são partes da verdade acerca da realidade econômico-financeira da entidade (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014, p.1)”.

De acordo com a Comitê de pronunciamento técnico CPC 26 (R1) item 9:

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das

demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados. (PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 26 (R1) ITEM 9)

O pronunciamento citado regula a estrutura das demonstrações contábeis bem como usa forma de apresentação, buscando com isso estabelecer um padrão para a emissão dos relatórios. Além do CPC 26, o Comitê de Pronunciamentos Técnicos, através da Estrutura Conceitual Básica (CPC 00), também estabelece critérios para elaboração e divulgação das Demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis, elaboradas dentro do que prescreve essa estrutura Conceitual, objetivam fornecer informações que seja úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte de investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando tomada de decisão ligadas ao fornecimento de recursos para a entidade. (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014, p.13).

Antes mesmo do início do processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, a Lei nº 6.404/1976, já trazia o elenco de Demonstrações Contábeis obrigatórias que ao final de cada exercício social e com base na escrituração da entidade, deverá apresentar.

I Balanço patrimonial; II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; III - demonstração do resultado do exercício; e IV – demonstração dos fluxos de caixa; V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. (Art. 176. LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976.)

Tais demonstrações visam apresentar com clareza e objetividade a situação econômica e financeira da empresa, considerando os ocorridos no último exercício social.

2.1.2 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial é uma demonstração que retrata os resultados de cada grupo de contas, representando somente o saldo do exercício apurado.

O balanço patrimonial apresenta aos usuários da contabilidade, de uma forma bem clara e sucinta a condição financeira atual da empresa como afirmam Antunes e Martins (2012, p. 3) “O Balanço Patrimonial, de acordo com o CPC 26, é também conhecido por Demonstração da Posição Financeira”. Esta Demonstração Contábil é representada na forma de um T como descreve Ribeiro, (2009, p.393):

O Balanço Patrimonial é apresentado em um gráfico em forma de T. Como o T tem dois lados, ficou convencionado que o lado esquerdo é o lado do Ativo e que o lado direito é lado do Passivo. Portanto, ao olhar para um Balanço Patrimonial representado no gráfico em forma de T, lado direito (lado do Passivo, composto por obrigações e Patrimônio Líquido) revela a origem dos recursos (capitais) totais que a empresa tem à sua disposição e que estão aplicados no patrimônio. As obrigações representam os recursos derivados de terceiros (capitais de terceiros), enquanto o Patrimônio Líquido mostra a origem dos recursos derivados dos proprietários (capitais próprios). No ativo, as contas representativas dos bens e dos direitos serão



dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, em dois grandes grupos: (Ribeiro,2009, p.393).

Para uma correta análise da situação financeira da empresa é necessário levar em consideração o resultado da equação patrimonial: Bens e Direitos (Ativo) – Obrigações (Passivo) = Patrimônio Líquido. O lado direito do Balanço onde estão as contas do Passivo e do Patrimônio Líquido representa a origem dos recursos que serão aplicados do lado esquerdo, nas contas do Ativo. (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

2.1.3 Demonstração de resultado de Exercício (DRE)

Demonstração de resultado de Exercício (DRE é elaborada em conjunto com o Balanço Patrimonial e tem a finalidade de evidenciar o resultado alcançado dentro do período.

A demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é um relatório contábil destinado a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da empresa; A DRE é composta por contas de resultado e também por contas patrimoniais. (RIBEIRO, 2009, P.406).

A DRE é elaborada a partir da soma de todas as receitas, sendo que destas são deduzidos os custos e as despesas: “As contas de resultado que integram a DRE são todas aquelas que representam as despesas e os custos incorridos, bem como as receitas realizadas em um determinado período” (MARTINS, MIRANDA e DINIZ, 2014, p. 39).

A Demonstração do Resultado do Exercício apresenta de forma esquematizada os resultados auferidos pela entidade em determinado período. Em linhas gerais, o resultado é apurado deduzindo-se das receitas todas as despesas (inclusive os custos, que nesse momento se transformam em despesas) que a empresa incorreu no referido período. (MARTINS, MIRANDA e DINIZ, 2014, p. 39).

Através da Demonstração de Resultado do exercício, pode-se analisar a situação financeira da empresa, e por meio dela o usuário obterá informações sucintas das operações realizadas pela empresa, sendo que a principal fonte de interesse dos usuários está no resultado líquido do período que pode ser Lucro ou Prejuízo.

2.1.4 Demonstração de Fluxo De Caixa (DFC)

A Demonstração de fluxo de caixa tem o objetivo de evidenciar as variações que ocorreram nas disponibilidades da empresa durante o exercício. Lima e Filho (2000, p.23) afirmam que está “É uma demonstração contábil que tem como função apresentar as movimentações de entradas e saídas de caixa de uma entidade em um determinado período”.

Os usuários das demonstrações contábeis de uma entidade estão interessados em saber como a entidade gera e utiliza caixa e equivalentes de caixa. Esse é o ponto, independentemente da natureza das atividades da entidade, e ainda que o caixa seja considerado como produto da entidade, como pode ser o caso de instituição financeira. As entidades necessitam de caixa essencialmente pelas mesmas razões, por mais diferentes que sejam as suas principais atividades geradoras de receita. Elas precisam de caixa para levar a efeito suas operações, pagar suas obrigações e proporcionar um retorno para seus investidores. Assim sendo, este Pronunciamento



Técnico requer que todas as entidades apresentem demonstração dos fluxos de caixa. (Comitê De Pronunciamento Contábil (CPC) 03 R2 do item 3)

Lizote *et al.* (2017, p.6) complementam que a DFC é “Considerada importante para a gestão financeira, o fluxo de caixa é um instrumento de controle que informa toda a movimentação de capital (entrada e saída) da empresa em um determinado período de tempo, fornecendo importantes informações para a tomada de decisão”. Ainda neste sentido Ribeiro (2009, p.426) afirma que “A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um relatório contábil que tem por objetivo evidenciar transações ‘ocorridas em um determinado período e que provocaram modificações no saldo da conta Caixa”. Este relatório ao qual o autor se refere traça um histórico das transações ocorridas na empresa que servem para que o usuário obtenha informações importantes através que ajudem a responder algumas perguntas como descrevem Lima e Filho (2000,p.26):

- A empresa é capaz de gerar no futuro um fluxo de caixa líquido positivo ou negativo?
- A empresa é capaz de cumprir suas obrigações, pagar dividendo e se necessário recorrer a financiamentos externos?
- Quais as razões de diferença entre as diferenças entre resultado líquido e saídas de caixa de recebimento e pagamentos?
- Quais os efeitos sobre a posição financeira da empresa?
- O que entrou no caixa durante o período?
- O que saiu do caixa durante o período? (LIMA; FILHO, 2000, p.26)

A DFC divide as operações da empresa em três grupos: Atividades Operacionais, Atividades de Financiamento e Atividades de Investimento. Esta classificação facilita a análise do usuário que pode fazer comparativos e verificar qual das atividades está consumindo ou produzindo um maior saldo de caixa para a empresa (MARTINS; MIRANDA, DINIZ, 2014).

2.1.5 Demonstração Do Valor Adicionado

A demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem como finalidade evidenciar os valores de riqueza gerada pela entidade.

A DVA está fundamentada em conceitos macroeconômicos, buscando apresentar, eliminados os valores que representam dupla-contagem, a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Essa demonstração apresenta o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período. (Comitê De Pronunciamento contábil (CPC) 09 do item 10)

Através da estrutura da Demonstração do valor adicionado (DVA) é possível observar os benefícios trazidos pela entidade através da geração de riqueza. De acordo com Machado, Macedo, Machado (2015, p. 4) “Quanto à riqueza criada, tratada na DVA, entende-se que seja o incremento de valor que a empresa atribui aos insumos de produção que foram pagos à terceiros durante o processo produtivo”.



5. A DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas. 6. A distribuição da riqueza criada deve ser detalhada, minimamente, da seguinte forma: (a) pessoal e encargos; (b) impostos, taxas e contribuições; (c) juros e aluguéis; (d) juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos; (e) lucros retidos/prejuízos do exercício. PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 09

A Lei 6404/76 obriga as empresas de capital aberto a publicarem a DVA em cada encerramento de exercício, contudo, mesmo que a legislação não exija das demais empresas a divulgação da DVA, elas podem optar por fazer isso com finalidade complementar agregando ainda mais credibilidade a suas demonstrações contábeis (MARTINS; MIRANDA, DINIZ, 2014). Esta demonstração pode ser utilizada para mensurar a eficácia do negócio na conversão dos recursos em riqueza e através dela é possível observar como a empresa colabora com a sociedade e com o meio no qual está inserida.

2.1.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é um relatório contábil no qual busca-se evidenciar as variações ocorridas em todas as contas que compõem o Patrimônio Líquido em um determinado período.

A DMPL é uma demonstração de publicação obrigatória por força do Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, substituindo de forma definitiva, a Demonstração do Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), uma vez que esta demonstração está contida em uma das colunas da DMPL. (MARTINS, MIRANDA e DINIZ, 2014, p. 48).

A DMPL é uma demonstração que conglomerada todas as modificações que ocorreram no Patrimônio Líquido, informando todas as movimentações ocorridas a partir do saldo final de cada conta do exercício anterior com a finalidade de clareza na apresentação dos dados da entidade, para que assim os usuários possam compreender o fluxo dos recursos dentro da de sua estrutura.

A entidade deve apresentar a demonstração das mutações do patrimônio líquido conforme requerido no item 10. A demonstração das mutações do patrimônio líquido inclui as seguintes informações: (a) o resultado abrangente do período, apresentando separadamente o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e o montante correspondente à participação de não controladores; (b) para cada componente do patrimônio líquido, os efeitos da aplicação retrospectiva ou da reapresentação retrospectiva [...]. PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 26 (R1)

2.2 CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

2.2.1 Características Qualitativas Fundamentais

As informações contábeis são essenciais aos seus usuários para que eles possam atingir aquilo que almejam, pois é através das tais informações que o usuário irá ter uma visão geral da situação financeira. Para que as informações cumpram o papel a que se propõe, estas devem possuir alguns atributos ou características, como afirmam Silva, Takamatsu e Avelino



(2017,p.93) “ A informação contábil é uma fonte para tomada de decisões e as características qualitativas são os atributos que tornam as Demonstrações Contábeis úteis para o usuário”.

As demonstrações contábeis fornecem variedades de informações úteis para os seus usuários, e estes dados formais e científicos é que permitem atender à necessidade de cada usuário em particular, como afirmam Santana *et al* (2014, p1) “Cada usuário utiliza as demonstrações contábeis para satisfazer algumas das suas diversas necessidades de informação, embora nem todas as necessidades de informações desses usuários possam ser satisfeitas pelas demonstrações contábeis”.

É possível afirmar que na atualidade a informação é um dos Ativos mais valiosos que uma empresa pode possuir. Os autores Paulo, Cavalcante e Melo (2012, p.4) descrevem a importância das informações enquanto objeto de estudo: “A informação nas atividades econômicas, sociais e políticas tornou-se um dos objetos de pesquisa mais estudados em diversas áreas do conhecimento”. A Estrutura Conceitual Básica (CPC 00) descreve duas características qualitativas que são fundamentais para a informação contábil: “Se a informação contábil-financeira é para ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar” CPC 00-R1-QC4 (2011, p.19). Desta forma, o CPC 00 descreve a Relevância e a Representação Fidedigna como Características Qualitativas Fundamentais da informação contábil e atribui a elas a utilidade de tais informações.

2.2.2 Características Qualitativas De Melhoria

De acordo com CPC 00-R1-QC19 (2011, p.25) “Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade”. Estas características tem o propósito de tornam as informações contábeis úteis aos usuários para que os mesmos possam usa-las com segurança e confiabilidade.

Vale salientar que as características qualitativas de melhoria da informação contábil devem formar um conjunto de atributos os quais devem ser observados pelos usuários buscando sempre a maximização da utilidade das informações. As características de melhoria citadas pelo CPC 00 são as que seguem:

- **Comparabilidade:** QC21. “Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários. (CPC 00 R1 – QC21 - página 25). A informação contábil precisa ser comparável ao longo do tempo, em relação as outras demonstrações contábeis de entidades, para que se possa verificar sua posição patrimonial, financeira.
- **Verificabilidade:** QC26. “A verificabilidade ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar. ” (CPC 00 R1 – QC21 – página 26). Esta verificação pode ser direta quando a verificação consiste em checar uma representação por meio de observação direta como exemplo a contagem de caixa. E a indireta se fundamenta na checagem de dados de entrada do modelo.
- **Tempestividade:** QC29. “Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões. ” (CPC 00 R1 – QC29 – página 29). Ela é usada para tomada de decisão, ela implica num *trade-off* entre relevância e confiabilidade.
- **Compreensibilidade:** QC30. “Classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão torna-a compreensível.” (CPC 00 R1 – QC30 – página 28). Esta característica importante define que os usuários precisam estar preparados para receber a



informação contábil, com nível razoável de dedicação e conhecimento, contudo, é necessário que tais informações sejam claras e objetiva para melhorar a compreensão de quem as utiliza.

2.2.3 Características Qualitativas das Informações Contábeis e a melhoria no processo de tomada de decisão.

A geração de informações pela contabilidade está diretamente atrelada ao processo de tomada de decisão dentro das organizações. De acordo com Santana et al (2014, p.4) “No Brasil, a partir da publicação do Pronunciamento Conceitual Básico CPC 00, destaca-se que relevância é quando as informações contábeis podem influenciar as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros, confirmando ou corrigindo as suas avaliações anteriores”.

Cada processo de tomada de decisão tem suas responsabilidades, e não é uma tarefa simples, pois, tais decisões influenciam no futuro e na permanência da empresa no mercado. Segundo Gomes, Oliveira, Silva (2017, p.) “Destaca-se que o processo de tomada de decisão não é uma tarefa simples, tendo em vista que são as escolhas feitas hoje refletem o futuro da empresa, por isso, os administradores precisam utilizar das informações contábeis para gerir a organização”. De acordo Frey, Frey (2003, p.1) “A função básica do contador é produzir informações úteis aos usuários da Contabilidade para a tomada de decisões”.

Os gestores de uma companhia precisam ter informações sobre o campo econômico, quais são seus concorrentes, os obstáculos, as mudanças que vem ocorrendo. Para que uma empresa cresça no cenário econômico ele necessita de dados informacionais da organização para que possa tomar decisões que resultem no crescimento de uma maneira produtiva, com sustentabilidade econômica. De acordo com Dias, Vasconcelos (2015, p.4) “O papel da informação contábil no processo de decisão de diversos usuários consiste na redução de incertezas em cenários marcados por constantes mudanças”. Diante deste contexto percebe se que o mercado envolve muitos riscos e para diminuir estes riscos é necessária uma avaliação geral econômica e financeira, e por isso a informação contábil deve ser consistente e relevante no processo de tomada de decisão (HERCULANO; PICCOLI, 2016).

3 METODOLOGIA

Os meios usados para buscar as informações para esta pesquisa, foram artigos científicos dos portais SPELL – *Scientific Periódicas Eletrônico Library*, no site do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e também em livros. Para a seleção dos periódicos utilizou-se a classificação do *Qualis* Capes entre A1 e B4. A data de publicação dos periódicos compreende o período 2000 a 2018.

Buscando atender o objetivo do artigo, utilizaram-se dados qualitativos. A pesquisa tem caráter descritivo e exploratório onde se utilizou o procedimento técnico de pesquisa bibliográfica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi elaborada de forma descritiva por meio de uma revisão bibliográfica buscando mostrar o papel da contabilidade enquanto fornecedora de informações úteis aos seus usuários, e a relação de tais informações com o processo decisório. Durante a pesquisa



observou-se que para que haja utilidade na informação que a contabilidade produz é necessário que sejam observados alguns atributos que o próprio Comitê de Pronunciamentos Técnicos nomeia como características qualitativas da informação contábil. Estas características proporcionam qualidade e ampliam a utilidade das informações contábeis e assim torna-me fundamentais para vários modelos de processo decisório.

Procurou-se destacar também as principais Demonstrações Contábeis como Balanço Patrimonial, Demonstração Dos Fluxo De Caixa, Demonstração Das Mutações De Patrimônio Líquido e Demonstração Do Valor Adicionado. Tais demonstrações são utilizadas pelos gestores como ferramenta de controle financeiro da empresa. As informações contidas nas Demonstrações Contábeis servem também para dar base às decisões tomadas por estes gestores. A observação das características qualitativas da informação contábil garante aos gestores possibilidade de decisões mais acertadas, considerando que informações úteis contribuem para a melhoria do processo decisório.

Vale destacar que este é um estudo teórico a respeito de um tema bastante relevante e que para conclusões mais pontuais é necessário aprofundar a pesquisa e, inclusive sair do campo teórico para a prática da aplicação das teorias aqui levantadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, JERÔNIMO; ANTUNES, GUILHERME MARINOVIC BRSCAN; PENTEADO, ISIS MALUSÁ. **A Convergência Contábil Brasileira E A Adoção Das Normas Internacionais De Contabilidade: O IFRS-1.** Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/30.pdf/> Acesso em 06 de março de 2018.

ANTUNES, C. C.; MARTINS, S. M. Reflexos da internacionalização da contabilidade na estrutura do balanço patrimonial elaborado pelas pequenas e médias empresas brasileiras. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 1, n. 45, p. 30-33, 2012.

BILERT, V. S. S.; SILVA, A. A. K.; SANTOS, J. A. L. D.; CABRAL, R. A. A assessoria executiva no processo de tomada de decisão. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 5, n. 3, p. 119-142, 2014.

BRASIL. Art. 176 LEI No 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm. Acesso em: 28 outubro 2018.

BRASIL, Lei nº 9.295, 1946, art.1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm Acesso em 29 de março. 2018

BUGARIM, Maria Clara Cavalcante; PINHO, Joaquim Carlos da Costa; RODRIGUES, Lúcia Lima; MACHADO, Diego de Queiroz. **Ações Do Conselho Federal De Contabilidade No Desenvolvimento Da Contabilidade Brasileira.** Revista Contabilidade e Controladoria [RC&C] - ISSN 1984-6266 Avenida Prefeito Lothário Meissner, 632 - Campus III CEP 80210-070, Curitiba, PR, Brasil



CONSONI, S.; COLAUTO, R. D. A divulgação voluntária no contexto da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 18, n. 62, p. 658-677, 2016.

PAULO, E.; CAVALCANTE, P. R. N.; MELO, I. I. S. L. Qualidade das informações contábeis na oferta pública de ações e debêntures pelas companhias abertas brasileiras. **Brazilian Business Review**, v. 9, n. 1, p. 1-26, 2012.

CPC 09 - **Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 12 de novembro 2018.

CPC 26 (R1) - **Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 26 de outubro 2018.

CPC 26 R1, disponível em <www.cpc.org.br>, acesso em 30/11/2018

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade: resumo da teoria, atendendo às novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com respostas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DIAS, J. C. R.; VASCONCELOS, M. T. C. As Características Qualitativas da Informação Contábil no Desenvolvimento do Controle Social: uma Análise da Percepção dos Conselheiros Municipais do Recife sobre a Utilidade das Informações Contábeis. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 26, n. 2, p. 15-40, 2015.

FREY, I. A.; FREY, M. R. O uso de informações contábeis na pequena empresa. **Pensar contábil**, v. 6, n. 19, p. 45-50, 2003.

GOMES, O. J.; OLIVEIRA, U. G.; SILVA, P. Z. P. Uma Análise das Informações Contábeis utilizadas pelos Micro e Pequenos Empreendedores do Município de Jacaraú/PB para o Processo de Tomada de Decisões. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 11, n. 2, p. 18-32, 2017.

GUIMARÃES, Camila Calvet. **Análise comparativa da estrutura conceitual basilar do CPC 00 e da IPSAS**. Disponível em:> <http://www.unirv.edu.br/> >. Acesso em: 28 de Março de 2018.

HERCULANO, H. A.; PICCOLI, M. R. Reconhecimento de ativos intangíveis: uma análise sobre o value relevance no Brasil. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 17, n. 1, p. 62-72, 2016.

MACHADO, M. A. V.; MACEDO, M. A. S.; MACHADO, M. R. Análise da relevância do conteúdo informacional da DVA no mercado brasileiro de capitais. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 26, n. 67, p. 57-69, 2015.



MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, José Dilton Alves. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C.; ROMANINI, G.; COPATTO, A. C. Objeto, objetivos e usuários das informações contábeis. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 2, n. 2, p. 77-102, 2004.

SANTANA, A. G.; TEIXEIRA, S. A.; CUNHA, P. R.; BEZERRA, F. A. Auditoria Independente e a Qualidade da Informação na Divulgação das Demonstrações Contábeis: estudo Comparativo entre Empresas Brasileiras Auditadas pelas Big Four e não Big Four. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 19, n. 3, p. 70-87, 2014.

LVA, José. SARMENTO, Manuela. DUARTE, Manuela. "A **relevância enquanto característica qualitativa das demonstrações financeiras – A perspectiva dos preparadores da informação financeira (TOC)**" in *Atas do V Congresso da OTOC*, pp. Lisboa: Ordem dos Contabilistas Certificados.

SILVA, G. C.; TAKAMATSU, R. T.; AVELINO, B. C. Adesão aos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa e Qualidade das Informações Contábeis. Contexto - **Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS**, v. 17, n. 35, p. 89-104, 2017

LIZOTE, S. A.; FLORIANI, I.; AZEVEDO, I. M.; TAVARES, K. G. S.; HERMES, S. Uso do Fluxo de Caixa e sua Relação com as Dificuldades de Permanecer no Mercado de Pet Shops. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 3, p. 214-229, 2017.

LIMA, A. A. **Demonstração de Fluxo de Caixa**. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 5, n. 2, p. 23-27, 2000.

RIBEIRO, Osni Moura, **Contabilidade geral fácil**. 5ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.